Parte 3 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos urbanos
Relação entre violência urbana e práticas sociais em espaços públicos a partir da análise do discurso: o exemplo da cidade de Campina Grande/PB

Sâmara Iris de Lima Santos
Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, S.I.L., and SOUZA JÚNIOR, X.S.S. Relação entre violência urbana e práticas sociais em espaços públicos a partir da análise do discurso: o exemplo da cidade de Campina Grande/PB. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 361-378. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0021>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Relação entre violência urbana e práticas sociais em espaços públicos a partir da análise do discurso: o exemplo da cidade de Campina Grande/PB

Sâmara Iris de Lima Santos
Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

A difusão das práticas de violência nos espaços urbanos tem produzido interferências significativas no processo de estruturação destes. Caracterizado como um problema coletivo, o aumento dos casos de violência interfere diretamente nas práticas cotidianas dos indivíduos, ao despertar neles sentimentos como medo e apreensão, e nas próprias relações de produção, uma vez que condiciona, no tempo e no espaço, as ações de estruturação da cidade.

Essa realidade se reproduz bem no contexto socioespacial de Campina Grande, na Paraíba, em virtude da complexidade de seu espaço urbano, que apresenta tanto as características estruturais de um espaço em processo de complexificação quanto aspectos que se mostram como um relicário urbano do processo inicial de sua formação, especialmente no que se refere aos valores dos indivíduos.

No âmbito urbano, a violência está volvida em meio a mitos que dificultam a análise do impacto que provoca nas práticas cotidianas, principalmente por reproduzir, tanto para os moradores quanto para os visitantes, sentimentos de medo. Assim, como materialização das práticas socioespaciais (individuais ou coletivas), a violência se torna uma questão eminentemente geográfica por se constituir como um problema que desperta o interesse de diferentes segmentos da sociedade.

Concebida como prática oriunda de parte da população com menor poder aquisitivo, a violência vem sendo tradicionalmente compreendida como um evento relacionado à exclusão de parte da sociedade dos favorecimentos proporcionados pela produção capitalista, ao gerar no indivíduo excluído a necessidade de apropriação do patrimônio privado. A capacidade de circular na cidade influencia diretamente a reprodução dessa prática, ao reduzir as diferenças entre as localidades mais pobres, caracterizadas pela ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos, e aquelas mais favorecidas por investimentos públicos ou privados.

A urbanidade possibilita a mistura de realidades, homogeneizando a sensação do “medo urbano”. Com isso, a cidade vai se reestruturando e comportando espaços de segregação voluntária (grandes condomínios fechados que passam a ser criados na periferia do espaço urbano) e involuntária (expressa pela falta de investimentos que proporcionem maior facilidade a mobilidade urbana). A história recente de Campina Grande vem sendo construída nesse contexto.

O direito à cidade, ou à cidadania, que durante bom tempo teve seu significado limitado aos serviços, às infraestruturas e aos equipamentos urbanos, necessidades básicas para a vivência no habitat urbano, torna-se, na atualidade, algo mais complexo e de difícil acessibilidade. Isso pode ser facilmente observado por meio dos limites postos na relação público-privado, os quais acabam influenciando a criação de identidades nos espaços e as perspectivas quanto ao futuro destes.

O espaço público, ambiente que poderia se apresentar como uma alternativa à inclusão social, vem sendo negligenciado pelos sujeitos sociais, os quais se encontram volvidos com outras prioridades. Tal quadro de referência nos levou aos seguintes questionamentos: quem, de fato, vem tendo o direito ao uso desse espaço? Até que ponto os diversos ambientes de acesso público, encontrados nas cidades, permitem o uso por parte da coletividade? Como a violência tem interferido nas práticas urbanas? Até que ponto os espaços públicos dentro da cidade têm realmente propiciado o direito à cidade no que concerne à apropriação por parte da coletividade, em especial no que diz respeito aos usos desses ambientes?

Para compreender melhor o quadro de referência apresentado, dividimos o artigo em três partes. Na primeira, contextualizamos a relação público-privado no âmbito das práticas sociais. Em seguida, analisamos a geografização da violência e sua influência nas organizações socioterritoriais utilizando a cidade de Campina Grande como espaço de referência. Por último, observamos os impactos da reprodução da violência nos espaços públicos da cidade a partir da análise do discurso.

Entre o público e o privado: as práticas sociais em contexto

No âmbito da análise científica, a crise evidenciada na cidade a partir da difusão da violência vem exercendo uma influência significativa no processo de estruturação espacial, e a imprecisão das concepções sobre o que seria de fato o ambiente urbano e seus elementos constituintes tem dificultado o diálogo sobre sua organização, especialmente entre os pesquisadores preocupados com essa problemática. Isso foi evidenciado por Souza (2002, 2003) ao estudar as imprecisões das bases conceituais para compreender a problemática urbana, especialmente as influenciadas pelas relações socioespaciais que interferem no processo da produção e reprodução do espaço geográfico.

Para facilitar a compreensão dos argumentos que passaremos a apresentar, evidenciaremos nossa concepção de espaço, já que este se apresenta como elemento estruturante de nosso estudo, e faremos um breve resgate da noção de urbano, tendo a violência como um parâmetro analítico.

Uma das referências mais utilizadas no meio acadêmico, principalmente o geográfico, para definir a concepção de espaço é a formulada por Santos: “Conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (1997, p. 51). Ou seja, o espaço é o campo das relações ou ambiente em que a sociedade cria novos objetos ou recria os já existentes, por meio da materialização de suas práticas, escrevendo sua existência.

De imediato, podemos chegar ao entendimento de que tais relações (objeto-ação) não podem ser apenas evidenciadas em escalas regional, nacional ou planetária, mas na própria escala do cotidiano da sociedade, cujo resultado corresponde a verdadeiras transformações espaciais, ou seja, “intrusão da sociedade nessas formas-objetos resultante das mudanças de funções” (Santos, 1997, p. 85).

Para Castells, o urbano compreenderia “uma forma especial de ocupação do espaço por uma população [...] tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior” (2000, p. 40). Nesse contexto, o urbano corresponderia ao campo em que as relações sociais se encontram em “ebulição”. Seabra, por sua vez, entende o urbano como “espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados e que estão funcional e estritamente articulados ao nível do cotidiano” (2001, p. 91), correspondendo, conforme proposto por Lefebvre, a um “campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente” (1999, p. 47). Nesse sentido, corresponderia a uma “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento” (2001, p. 49).

Diante disso, o espaço urbano se apresenta como uma totalidade decorrente de vários arranjos socioespaciais cujo valor de uso encontra-se limitado aos tipos de funcionalidade e acesso permitidos (Villaça, 2001) e tem na prática cotidiana dos atores sociais o principal elemento de sua dinamicidade.

Dessa forma, fica perceptível que existe uma sintonia entre as próprias concepções de espaço e urbano, segundo as quais um complementa o significado do outro, na medida em que, juntos, relacionam a escala na qual as relações sociais são bem mais evidenciadas. Isso explica a própria dificuldade e as contraposições quanto à classificação dos elementos constituintes do espaço urbano, que passam a ser relativos, segundo o uso e as práticas evidenciadas nele, a exemplo da relação entre o público e o privado.

Para Fischer e Moll, que utilizam algumas das concepções de Arendt, o público corresponde ao espaço de uso comum, visto que, por natureza, deve ser compartilhado com os outros, não sendo, assim, propriedade particular nem do Estado nem dos indivíduos, mas o ambiente “em que os homens, por meio de seus procedimentos discursivos, da convivência com a pluralidade humana, [...] podem compartilhar a construção de um mundo comum, legitimado pelo reconhecimento público e intersubjetivo dos outros” (2000, p. 41).

Desse modo, pelo menos duas inquietações devem ser levadas em consideração. A primeira corresponde ao fato de que essa associação é produto invariável das relações sociais em suas diversas instâncias e escalas. A segunda se refere ao fato de que essa relação se diferencia entre o valor de uso e o valor de troca: o primeiro diz respeito “à necessidade, à expectativa, à desejabilidade”; o segundo, “à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no *mundo da mercadoria*” (Lefebvre, 2001, p. 135, grifos do autor).

Nesse contexto, compreendemos o espaço público como o ambiente em que as relações, além de valorizarem a participação coletiva e igualitária, valorizam o uso como elemento básico de apropriação espacial. Quando as relações se articulam de forma contrária a isso (o individualismo, coletivo ou não, e as trocas em detrimento do uso), mesmo em ambientes públicos, os espaços deixam de ser públicos e passam a ser privados de ordem pública, ou semipúblicos, ou, ainda, espaços restritos de uso coletivo. Tais dualismos nos remetem à necessidade de “romper os grilhões” que ao longo do tempo têm dificultado a real apreensão das demandas evidenciadas no processo de organização espacial, sobretudo no que diz respeito ao processo da estruturação representada pela atuação dos atores sociais.

Para melhor compreensão dos argumentos apresentados, mencionaremos como exemplo a praça, descrevendo o seguinte cotidiano hipotético: durante o dia, várias pessoas utilizam-na como via de circulação; outras, para negociar; e outras, como lazer. No período noturno, seu uso passaria a ser feito prioritariamente por segmentos da

sociedade que impõem novas territorialidades, a exemplo de traficantes, prostitutas, moradores de rua etc., conforme pode ser observado nas práticas cotidianas de um dos mais importantes espaços públicos de Campina Grande: a Praça da Bandeira.

Existe um equívoco na compreensão da praça como um espaço público, na medida em que seu uso acaba sendo condicionado por diversos fatores inerentes a diferentes relações e interesses sociais. Para as pessoas que a utilizam apenas como via de acesso, a praça, ou o que esta pode fornecer em termos de atratividade, é bem menos importante do que para outras pessoas que se habituaram a utilizá-la diariamente como lazer. Para aquelas que comercializam nesse local, ela adquire um valor de troca, e não de uso, pois essas pessoas não se encontram preocupadas (ou em condições) de usá-la como espaço de lazer.

Por sua vez, as prostitutas, os traficantes e os moradores de rua são inibidos a utilizar a praça durante o dia, tanto pelo poder público quanto pela sociedade de modo geral. Durante a noite, passam a condicionar as territorialidades de acesso a ela, porque a maioria das pessoas, seja por medo ou preconceito, deixa de frequentá-la nesse período. No caso de esses grupos se disporem ao uso desse espaço também durante o dia, passam a receber pressões bem mais significativas por parte de outros segmentos, especialmente no que se refere à disputa de poder pelo território.

Assim, embora essa praça tenha sido criada pelo poder público municipal, para fins de uso público e coletivo, acaba tendo seu uso condicionado a determinado segmento da sociedade, o qual é responsável pela criação de territorialidades voltadas para esse condicionamento. Dessa forma, embora na aparência seja de fato um espaço público, este passa a ser restrito ou privado a alguns grupos que coordenam o uso e as territorialidades nesse local. Em outras palavras, não basta o ambiente ser compreendido como espaço público, se as relações sociais não propiciam condições para seu uso coletivo. Não é apenas a forma que dá o significado ao objeto, mas também sua função, seu valor de uso. A grande dificuldade de tal constatação encontra-se relacionada ao fato de que isso ocorre simultaneamente, o que faz com que o real conceito de público e privado esteja direcionado a determinadas intencionalidades, usos e relações socioespaciais.

Outro aspecto importante diz respeito à questão da identidade criada com o ambiente. Nas últimas décadas, várias cidades vêm construindo ou restaurando espaços de uso público, como é o caso das áreas destinadas para festejos ou de espaços recuperados para o uso cultural e de lazer, a exemplo dos centros culturais e revitalizações dos centros históricos e dos espaços de uso múltiplo. Até mesmo esses espaços passam a ter sua classificação de público colocada em xeque, uma vez que não se tornam acessíveis a todos os segmentos sociais.

A expropriação temporal do uso dos espaços públicos por diversos segmentos sociais é igualmente reflexo de práticas territoriais prejudiciais, tanto ao indivíduo quanto ao patrimônio, representadas pelo discurso do medo e pela sensação de insegurança.

Questões como a análise do processo de espoliação urbana – decorrente principalmente da luta por diversos segmentos da sociedade por melhoria nas condições de sobrevivência na cidade (Kowarick, 2000) –, assim como as relacionadas ao próprio processo de segregação e fragmentação urbana, ficam difíceis de ser percebidas sem a observação das intencionalidades por parte dos sujeitos sociais responsáveis pela dinâmica espacial, especialmente no que diz respeito às práticas de produção e apropriação dos espaços públicos.

Diante disso, a noção de público condiciona-se não apenas aos valores delegados ao espaço para suas finalidades de uso, mas também às próprias condições de infraestrutura e reprodução de valores dados ao espaço, o que define seus usos por parte da sociedade. Há, assim, a noção de público relacionada ao imaginário social, cujo valor de uso e troca condiciona os momentos em que tais significados expressam a ambiência urbana por parte da população residente e, principalmente, da população que utiliza esse espaço ou vivencia temporalmente seu cotidiano.

A geografia da violência urbana em Campina Grande

A violência tem se tornado fato comum nas cidades brasileiras e sua atuação independe, na atualidade, da proporção física dos espaços urbanos. Sua disseminação em cidades menores tem se constituído como algo “epidêmico” na maioria das cidades brasileiras, estando associada às soluções que têm se tornado uma constante em cidades de maior porte, especialmente no que se refere a uma atuação mais efetiva do poder do Estado na elaboração de políticas públicas, além do próprio avanço tecnológico como estratégia de combate à criminalidade urbana. Em função disso, algumas cidades alcançaram menores índices de violência (Waiselfisz, 2011). No Brasil, o fenômeno da violência passou a não ser algo restrito aos grandes centros, mas um fato presente em diversas realidades urbanas, independentemente de seu grau de complexidade.

Todavia, estados interioranos que não apresentavam um perfil preocupante de criminalidade em seu histórico passaram a ter posições de destaque. Nesse sentido, é importante ressaltar que a Paraíba tem apresentado, nos últimos anos, indicadores alarmantes de violência. Em 2011, passou a ocupar a sexta posição no *ranking* dos estados com maiores índices de homicídio, ficando à frente, inclusive, da Bahia, que ocupa a sétima posição, e do Rio de Janeiro, que ocupa a 17^a (Waiselfisz, 2011, p. 25).

No contexto urbano de Campina Grande, embora a cidade possua, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), população em torno de 385.213 habitantes, têm se evidenciado mudanças significativas quanto ao número de crimes, o que tem repercutido em diversos setores da mídia e entre os habitantes da cidade. Apesar de ser caracterizado como cidade de porte médio, o município registrou em 2008, de acordo com

o mapa elaborado pelo IBGE, uma taxa de 155 homicídios. Já em 2010 houve 218 crimes, o que resultou em uma taxa média de 48,4 mortes por 100 mil habitantes e levou Campina Grande a ocupar a 180ª posição no *ranking* dos municípios brasileiros.

Campina Grande, apesar de interiorana, possui em seu histórico retratos de uma cidade impulsionada para o desenvolvimento. Tornou-se um espaço socioeconômico significativo no conjunto do estado da Paraíba entre o final do século XIX e o começo do século XX, especialmente a partir da consolidação comercial algodoeira. Porém, durante o período do Estado Novo, viveu a crise do ciclo regional “agroexportador, sua descapitalização, migração, regressão e estagnação” (Oliveira, 2009, p. 12).

A cidade passou a presenciar migrações intrarregionais constantes, em função, principalmente, do comércio, o que culminou em problemas urbanos ainda presentes no cotidiano atual. Na década de 1930, sofreu mudanças significativas em sua estrutura urbana, tendo como referência obras de reestruturação de outras regiões do país, sendo as principais a demolição e a reconstrução de espaços na cidade.

Espraíavam-se pelo Brasil afora, desde a experiência do Rio de Janeiro nos primórdios do século XX, novas concepções de urbanismo, informadas por projetos arquitetônicos, paisagísticos e de saneamento europeus, que haviam revolucionado as principais cidades e capitais do Velho Continente, transformando ruas sinuosas, becos e cortiços em gigantescas, belas e largas avenidas e *boulevards*, que explicitavam novas tendências nas artes, facilitavam a circulação de homens, automóveis, mercadorias e fluidos, precipitando mudanças nas noções de tempo e espaço e, mais do que isso, mudanças na vida de seus habitantes (Sousa, 2003, p. 77).

Ainda nesse período, Campina Grande possuía poucos locais de divertimento, fato que levou a gestão municipal a fomentar na cidade uma grande obra de embelezamento e modernidade. Foram construídos a Praça da Bandeira, que servia àqueles que se dirigiam ao Centro, e o cinema Capitólio. A feira da cidade, que atualmente corresponde à Feira Central, era localizada na Rua Maciel Pinheiro. O antigo Curtume São José, próximo ao Açude Velho, foi demolido para a construção do Parque da Criança, conforme pode ser visto *in loco* com a permanência de uma chaminé que lembra a antiga propriedade. O embelezamento urbano de Campina Grande continuou com a construção do Açude Novo, onde se localiza o marco zero da cidade, um parque temático e o obelisco em homenagem aos índios ariús. Já em época mais atual, foram construídos o Parque do Povo, que serve como espaço destinado ao turismo de eventos, e a Feira da Prata, que exerce um papel importante no comércio da cidade.

A cidade foi se modificando e, na atualidade, é um atrativo diário; pessoas de outras regiões vêm utilizar seus serviços especializados nas áreas de saúde, educação e

comércio. No entanto, uma dualidade existe: ao mesmo tempo que o município vive um período econômico e um desenvolvimento favorável à atração de pessoas, apresenta um elevado índice de violência. Esse índice tem sido estabelecido pelos mapas do Instituto Sangari nos últimos anos, o que comprova o novo perfil do crime no Brasil, que compromete cidades interioranas em desenvolvimento.

Em estudo anterior, constatou-se a existência de aumento significativo dos crimes de assalto, homicídio e tráfico de drogas no Centro, bem como nos bairros de Bodocongó e Catolé (Santos, 2011). Tal fenômeno, ao incidir sobre esses bairros, pode não apenas favorecer a falta de vivência, mas também recair sobre os espaços de uso e acesso coletivo. O Centro é uma das áreas com melhores equipamentos urbanos e espaços públicos, que se constituem como pontos de acesso e lazer importantes. No entanto, conforme o resultado apontado, os indicadores de violência foram substancialmente elevados nesse bairro, o que acaba por refletir nos usos e nas territorialidades dos espaços públicos, os quais não são excluídos da violência que assola os bairros em que estão inseridos.

Pôde-se observar também, em pesquisa recente (Santos, 2012), que a violência tem significado o aumento da depreciação de determinados espaços de Campina Grande, com destaque aos abertos, tendo em vista a falta de segurança e a presença constante de pequenos delitos efetuados especialmente por usuários de drogas, que, apesar de não afetarem com maior intensidade os habitantes, também os inibem e propagam o medo. Embora criados para que os cidadãos possam contemplar a cidade e desempenhar o livre lazer, esses espaços têm sido distanciados do cotidiano deles, pois a inibição do uso apresenta-se como a única maneira encontrada para que não venham a ser vítimas de atos criminosos que possam gerar danos a suas vidas.

Desse modo, o fenômeno da violência nos espaços públicos da cidade tem favorecido a redução destes como ambientes destinados às práticas socioespaciais e socio-territoriais, distanciando-se da realidade de espaços sustentáveis que corroborem a coletividade dos campinenses. Esse conjunto de fatores, além de culminar em resultados materiais para o espaço (degradação), afeta a reprodução de identidades com a cidade.

A violência urbana nos espaços públicos de Campina Grande: a análise do discurso como procedimento analítico

As análises a seguir correspondem ao debate sobre os resultados da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs) com o objetivo de analisar a reprodução da violência e do medo e sua interferência no uso destes espaços públicos: Parque da Criança (bairro do Catolé); Parque do Povo; Feira Central; Praça da Bandeira (Centro); e Feira da Prata (bairro da Prata). Utilizaram-se como procedimentos a aplicação de questionários e a obtenção de alguns dados oficiais

sobre a violência na cidade (mapa 1). No entanto, a ênfase maior foi a contribuição da análise do discurso de entrevistas efetuadas com comerciantes e pessoas que vivenciam cotidianamente alguns desses espaços. Para realizar as entrevistas, selecionaram-se a Praça da Bandeira, o Parque da Criança e a Feira Central, por serem os espaços mais citados nos questionários aplicados à população.

Mapa 1 – Representação dos espaços públicos (Praça da Bandeira, Feira Central, Parque do povo, Parque da Criança e Feira da Prata) de acordo com o mapeamento da violência urbana no ano de 2010

Organização: Santos (2012).

Obtiveram-se dados oficiais no intuito de adicionar mais informações aos bairros que agregavam os espaços públicos selecionados para a pesquisa. Pôde-se perceber que existem negligências quanto à distribuição desses dados, embora tenham sido fornecidos os referentes a homicídios e tráfico de drogas. A partir da análise dos dados, verificou-se que o Centro e o bairro do Catolé continuam a ocupar posições destacadas, fato comprovado também na pesquisa científica anterior sobre o mapeamento da violência urbana na cidade durante o ano de 2010, quando esses dois bairros se destacavam nos índices de criminalidade.

Sabe-se também que ambos possuem espaços destinados ao lazer importantes na cidade, e que a violência, tanto material quanto imaterial, tem o poder de reproduzir a repulsa quanto ao uso dos mesmos. Assim, a partir dos dados referentes aos quatro últimos anos (2008-2011) dos homicídios na cidade, os bairros do Centro e do Catolé foram destacados em posições importantes no índice de criminalidade. Apenas em 2009, ambos não obtiveram posições importantes em índices de homicídio.

O bairro da Prata, embora se apresente como um espaço com boas condições de infraestrutura e comporte um dos locais selecionados na pesquisa (Feira da Prata), não se destacou nos índices. Nesse sentido, existem posições que comprometem a realidade do imaginário social, pois muitas pessoas acreditam que há nos bairros periféricos maior vulnerabilidade e incidência de crimes. No entanto, pôde-se perceber, em três anos, que o Centro e o bairro do Catolé, apesar de se destacarem com melhores equipamentos urbanos da cidade, também presenciam altos índices de crimes desse tipo.

Com relação ao tráfico de drogas em 2010 e 2011, existe o destaque desses dois bairros em posições alarmantes. O Catolé obteve um aumento considerável de 2010 (quatro crimes) para 2011, com a ocorrência de nove apreensões por tráfico de drogas.

Desse modo, a ocorrência de criminalidade com relação a tráfico de drogas e homicídios nesses bairros ainda é uma constante. Isso também comprovou a tendência observada em pesquisa anterior sobre o mapeamento da violência urbana, que citou os dois bairros em posições alarmantes, inclusive no que se refere a assaltos, conforme informações sistematizadas em uma hemeroteca organizada pelo GIDs 2010. Vale ressaltar que, nos dados, não se pôde perceber a presença do bairro da Prata, onde está localizada a Feira da Prata.

A partir da visualização da criminalidade nos bairros em que os espaços públicos (Feira da Prata, Parque do Povo, Feira Central, Parque da Criança e Praça da Bandeira) estão inseridos, aplicaram-se 93 questionários à população maior de idade. Sua aplicação se deu na Praça da Bandeira, no Parque do Povo, no Parque da Criança, na Feira Central e no Terminal Integrado de Ônibus.

O intuito dos questionários foi observar os espaços que mais estavam sofrendo a interferência da violência e seu consequente distanciamento no cotidiano dos cidadãos. Inicialmente, comprovou-se que a violência, por reproduzir o medo e a insegurança, de fato interfere na vivência da população.

Nesse sentido, apesar de os questionários (tabela 1) serem apenas uma das formas de analisar os efeitos da prática criminosa no desuso dos espaços públicos da cidade, já se podem observar as tendências que tal fenômeno reproduz para aqueles que os utilizam.

Ao serem perguntadas se achavam a cidade de Campina Grande segura, cerca de 51 pessoas responderam que não; 13, que sim; e 22 relataram que a consideravam segura apenas em determinadas áreas. Porém, vale salientar que muitos preferiram fornecer comentários, em vez de assertivas.

Assim, constatou-se, a partir dos relatos, que a cidade, apesar de ser de porte médio, está altamente violenta e não se configura mais como segura, o que pode ser visível para todos, especialmente em determinadas áreas.

Posteriormente, as pessoas foram questionadas sobre o sentimento que possuíam com relação a esses espaços. Entre os pesquisados, 43 afirmaram que eram lugares inseguros, relatando que a sensação de insegurança é reduzida quando existe maior circulação de pessoas e policiais.

Tabela 1 – Elaborada com base nos questionários aplicados à população em 2011

Pergunta	Total	Observações
Acha a cidade de Campina Grande segura?	Apenas 12 responderam que sim.	Muitas pessoas preferiram comentar acerca da segurança em determinadas áreas, respondendo que a cidade está ficando insegura em alguns bairros.
Qual o sentimento com relação a esses espaços de modo geral?	Apenas dois confirmaram que esses espaços públicos são seguros.	A maioria dos entrevistados afirmou que esses espaços são inseguros, comentando a violência que haviam sofrido ou o medo que sentiam. Outros estipularam que, em determinados horários, o sentimento de insegurança é maior, especialmente a partir das 18h.
Quais espaços públicos são mais frequentados? Existe vigilância adequada?	Do total de entrevistados, 74 confirmaram a utilização da Praça da Bandeira.	Apesar de existir posto policial, há muitos assaltos cometidos por usuários de drogas. Assim, as pessoas relataram que sabiam da existência do posto policial, porém, na hora da ação criminosa, não conseguiram ver a vigilância adequada dos policiais. De acordo com os questionados, tanto o Parque da Criança quanto o Parque do Povo possuem mais policiamento durante os eventos. Com relação às duas feiras, a maior parte dos que utilizam esses espaços desconhece a existência de vigilância adequada.

Possui conhecimento de algum projeto desenvolvido pela prefeitura para promover segurança nesses espaços?	Apenas seis afirmaram que conhecem projetos com essa finalidade.	As pessoas que citaram projetos da prefeitura falaram sobre policiais que realizam rondas de bicicleta ou o final de ano, quando o efetivo é aumentado por causa das compras no comércio.
---	--	---

Organização: Santos (2012).

Indagadas sobre os locais mais frequentados, cerca de 74 pessoas afirmaram a utilização da Praça da Bandeira como lugar de acesso, em virtude da localização de paradas de ônibus, e ainda como lazer. Do total de pesquisados, 41 responderam que existe policiamento nesse espaço público, mas 22 relataram a inexistência de segurança. Alguns diziam que existia um posto policial, o que propiciava a aparência de segurança, porém, no momento da violência, tal ação não era concretizada; existem poucos policiais para muitos pedintes que efetuam ações criminosas constantemente no lugar.

O Parque da Criança obteve a margem de segundo lugar mais visitado (cinquenta pessoas). Porém, 36 pessoas afirmaram que não existe policiamento no local, ao mesmo tempo que os demais, embora tenham relatado a presença de policiamento, advertiram sobre a existência destes apenas em eventos. Outros relataram que, durante o dia, há pessoas cometendo pequenos delitos e, à noite, a presença de usuários de drogas e a entrada de bebidas alcoólicas.

O terceiro lugar mais visitado pelos questionados foi a Feira Central de Campina Grande. Cerca de quarenta pessoas negaram existir policiamento no lugar, afirmando que raramente conseguiam ver algum policial. Apenas sete afirmaram que esse espaço possui vigilância adequada. Conforme a visão das pessoas, constantemente percebia-se a negligência de rondas e policiamento no lugar.

O Parque do Povo foi citado 36 vezes como o espaço mais vivenciado em períodos festivos. Outras pessoas confirmaram que ele apresenta índices alarmantes de violência. De acordo com os pesquisados, durante dias normais, esse espaço público é desprovido de segurança e bastante perigoso. Vale salientar que 33 confirmaram que não existe vigilância adequada no local.

Com relação à Feira da Prata, apenas 26 pessoas confirmaram a utilização desse espaço e 19 afirmaram desconhecer vigilância adequada no local. Evidenciou-se que poucos detinham conhecimento sobre policiamento no local, respondendo que havia apenas segurança particular.

A partir do total de pessoas que responderam aos questionários, apenas 34 confirmaram que, em seus bairros de origem, existiam espaços públicos, a maioria campos de futebol e praças. O mesmo número de pessoas confirmou que havia sido vítima

de algum tipo de violência, predominantemente assaltos. Alguns relataram que foram vítimas de assaltos ou de tentativas, na Praça da Bandeira e em suas imediações, nos dois últimos anos.

As pessoas foram indagadas sobre o conhecimento de projetos desenvolvidos pela prefeitura para efetivar a segurança nesses espaços. Sessenta informaram desconhecer projetos com essa finalidade. As seis que confirmaram falaram sobre policiamento de bicicleta nas imediações dos espaços públicos e maior policiamento no final de ano, em função do aumento de compras, especialmente no Centro.

Por fim, as pessoas foram questionadas sobre a sensação que tinham ao caminhar nos espaços públicos da cidade. Analisou-se, a partir das respostas, que os principais sentimentos foram insegurança e medo. A sensação de insegurança está presente porque a violência está maior, o que reproduz medo de estar sendo seguido e de ser vítima de alguma prática criminosa, inclusive de não poder se defender. Um dos principais motivos para o medo nesses espaços é a presença de moradores de rua, especialmente crianças e adolescentes, que, além de consumir drogas, cometem assaltos. Porém, esse medo, de acordo com alguns pesquisados, está presente além desses espaços, nos próprios bairros; alguns confirmaram que nem dentro das próprias casas existe segurança, e que alguns espaços públicos dos próprios bairros se tornaram abrigo para vários usuários de drogas.

A partir desses resultados, levantaram-se algumas questões com relação, especialmente, ao discurso dos sujeitos que vivenciam esses espaços públicos. Selecionaram-se os três bairros mais destacados pelos questionados como aqueles que mais visitavam. Em seguida, trabalhadores e pessoas que possuíam a rotina de frequentar tais ambientes foram entrevistados.

As entrevistas – que tinham como objetivo principal a análise do discurso sobre a violência nesses espaços públicos, considerando a realidade da interferência desse discurso no cotidiano dos cidadãos – ocorreram na Praça da Bandeira, na Feira Central e no Parque da Criança. Em todos os espaços, selecionaram-se dois entrevistados.

Quando perguntados sobre a imagem da cidade, eles demonstraram posicionamentos diferenciados quanto à influência da violência, a qual está, segundo eles, relacionada à ausência de uma crença entre as pessoas, à conduta destas como sociedade e, principalmente, ao próprio procedimento dos políticos, tanto no que se refere à realização de ações mais efetivas quanto à corrupção.

No que diz respeito à própria cidade, existe o entendimento de que Campina Grande corresponde a uma cidade promissora e em desenvolvimento. Porém, há uma conjuntura de problemas que, por serem plurais, acabam se interligando e contribuindo para o fenômeno de violência na cidade. Conforme as palavras de um dos entrevistados:

Tem os seus problemas e que precisam ser resolvidos. São problemas plurais, problemas de violência, problemas de falta de habitação, que não deixa de ser uma violência, problema de crianças abandonadas, de pessoas sem teto, o desemprego também é outro problema na cidade (13 jun. 2012).

Segundo o discurso dos entrevistados, há violência na cidade, mas é diferente em determinadas áreas; existem espaços mais violentos do que outros. Apesar de haver segurança, esta tem sido insuficiente, pois, além da corrupção existente no cumprimento das leis, as medidas preventivas não estão sendo efetuadas devidamente, o que corrobora o aumento dos focos de violência.

Além disso, a violência é resultado de determinados fatores sociais, como desemprego, falta de moradia etc. Assim, conforme os pesquisados, as políticas de segurança devem abranger esses problemas para que se possam evitar as causas do aumento da criminalidade, pois esse fenômeno inibe o real sentido do direito à cidade, já que as pessoas passam a se sentir vulneráveis a todo o momento e evitam as práticas socioespaciais e socioterritoriais.

Alguns entrevistados relataram que houve um aumento do policiamento na cidade, o que favoreceu a sensação de melhoria na segurança. Entretanto, um dos entrevistados relatou o seguinte:

Deveria haver policiais mais eficientes... Muitas vezes, a gente vê ocorrendo algo, mas que eles estão presenciando, mas não efetuam nada.

Outros afirmaram que, apesar de existirem medidas punitivas para os que praticam atos criminosos, a população tem se sentido aprisionada com medidas de segurança em suas próprias residências, ocorrência que não era tão evidenciada em períodos anteriores.

O fato de a violência ter aumentado em cidades interioranas também é exemplificado no discurso dos entrevistados. As práticas criminosas, como o aumento do tráfico de drogas em alguns espaços, têm favorecido interferências quanto à mobilidade das pessoas, que passam a sentir menos segurança em se locomover. De acordo com um dos sujeitos entrevistados,

tamanha a turbulência que existe hoje na cidade, não tem mais a tranquilidade. Eu, particularmente, me sinto torturado.

De acordo com os pesquisados, a violência tem se tornado comum a todos os espaços da cidade, mas com maior ênfase nos ambientes de uso público. O surgimento

de políticas que favoreçam o aumento da segurança nesses espaços tende a contribuir para a atração de turistas, pois o medo representa um sentimento que, por ser também imaterial, reproduz o distanciamento quanto à utilização das áreas da cidade. Tal fato relatado nas palavras de um entrevistado comprova a relevância que tal fenômeno tem para o fomento das práticas socioespaciais dentro da cidade:

A gente não tem mais o direito de andar livremente, a gente fica preso de si mesmo.

Os ambientes fechados se tornam aqueles que revelam a segurança para os entrevistados. As praças, especialmente, são indicadas como lugares em que a probabilidade de acontecer algum dano é mais presente:

Hoje em dia ninguém pode tá numa praça, que a violência é enorme. Senta hoje em dia numa praça dessas, mas, quando pensa que não, é abordado.

Isso se deve ao aparecimento constante de grupos que, sobretudo por causa do tráfico de drogas, têm ameaçado os cidadãos e efetuado pequenos delitos. Desse modo, as pessoas relatam que, com a insegurança em Campina Grande, preferem não andar livremente e se tornam aprisionadas, inclusive, em suas próprias casas, que, em sua maioria, contêm características de verdadeiras fortalezas dotadas de segurança. Assim, os espaços públicos são distanciados do convívio dos habitantes, o que retira sua conotação real de espaços destinados a livre acesso e circulação.

Portanto, verificou-se que, de fato, a violência interfere no uso dos espaços públicos, uma vez que não apenas os delitos de maior complexidade, mas também os menores, e até a própria reprodução do fenômeno no imaginário social, contribuem para o distanciamento quanto às práticas espaciais e territoriais.

A violência tende a afetar também o cotidiano dos cidadãos pressionando-os a fomentar novas condutas no espaço para que não venham a se tornar vítimas desse fenômeno, conforme ressaltado por um entrevistado:

Então, evitar os espaços públicos, hoje, é uma maneira de inibir o ataque de criminosos.

Segundo os entrevistados, dentre os espaços públicos destacados na pesquisa, os abertos possuem maior probabilidade de violência. Com relação à Feira Central e ao Parque da Criança, existe a concepção de que, apesar de haver horários e dias que favoreçam atos criminosos, não se configuram como espaços preocupantes. No entanto, especialmente para os turistas, o Parque do Povo apresenta incidência de violência em períodos festivos.

Diante do discurso dos pesquisados, compreendeu-se que especialmente a Praça da Bandeira tem sido um espaço em que a visualização de pequenos atos criminosos em decorrência do uso e tráfico de drogas tem se tornado uma constante. Em algumas falas, foi identificada como local de repouso de drogados, que se movimentam diariamente e se territorializam a fim de praticar delitos e consumir drogas ilícitas. Apesar de não ter sido citada como objeto da pesquisa, a Praça Clementino Procópio, importante espaço histórico situado próximo à Praça da Bandeira, também foi relatada como espaço destinado a esse tipo de prática, que tem fomentado o distanciamento quanto ao uso livre por parte da população.

Assim, constatou-se que a violência tem contribuído para o aumento do medo e a consequente redução dos espaços públicos como locais destinados ao livre acesso e lazer na cidade, tornando-se espaços de depreciação distantes no convívio dos habitantes. Observou-se a alta atração que exerce a Praça da Bandeira no cotidiano dos cidadãos, especialmente no que diz respeito a um espaço de lazer e acesso. No entanto, a efetivação do tráfico de drogas no Centro tem implicado pequenos furtos, destacados pela população, e homicídios, citados nos dados oficiais. Toda essa conjuntura tem colocado em risco a própria função que o espaço público exerce, tornando-o um espaço em que o medo tem sido propagado e novas territorialidades têm surgido.

As práticas de violência nos espaços públicos citados na pesquisa tendem a ser diferenciadas conforme o dia e o horário. Elas se constituem como um fenômeno crescente que tem atuado independentemente das ações policiais, e as fontes propagadoras para esse aumento têm como um dos principais “vetores” a difusão do tráfico de drogas, que passou a contribuir com atos criminosos que, embora de pequena magnitude, afetam em grande escala os indivíduos, tanto material quanto psicologicamente.

Considerações finais

A partir das etapas realizadas e da sobreposição dos resultados obtidos por meio de questionários aplicados à população e de entrevistas realizadas com comerciantes e pessoas que vivenciam os espaços públicos da cidade, chegou-se à implicação de que o fenômeno da violência nos espaços públicos de Campina Grande tem se disseminado de forma diferenciada em cada bairro. Todavia, esse fenômeno não tem sido exclusivo de bairros marginalizados, uma vez que a maior incidência foi citada em espaços abertos no Centro e no Catolé, ambos bairros importantes e com padrões elevados de moradia e equipamentos urbanos.

Vale ressaltar que esses bairros têm tido, nos dois últimos anos, índices alarmantes de violência, com destaque para os homicídios e o tráfico de drogas, a exemplo dos

discursos dos pesquisados que observaram a disseminação de pessoas com intenionalidades de cometer atos criminosos nos principais espaços públicos desses bairros.

Outro fato importante foi a identificação da Praça da Bandeira como um espaço em que o tráfico de drogas tem sido observado cotidianamente. Entretanto, o que chamou a atenção foi que a Praça Clementino Procópio, próxima à Praça da Bandeira, também obteve citações como espaço destinado ao consumo e tráfico de drogas, apesar de não ter sido incluída entre os espaços destacados para a pesquisa. Esse caso emerge como importante fator, pois ambas as praças são próximas e estão no centro de Campina Grande, que também obteve margens importantes nos últimos anos com relação aos crimes de homicídio e tráfico de drogas.

As análises qualitativas, expressas especialmente a partir dos discursos das entrevistas, contextualizam a interferência que a violência tem tido nesses bairros. É de conhecimento dos entrevistados que a violência é um fenômeno que resulta de vários fatores, principalmente os de caráter social, e que sua complexidade necessita de políticas que, além de medidas punitivas, englobem a prevenção e a análise plural dos fatores que têm interferido nesses espaços públicos da cidade.

Um aspecto importante a ser ressaltado está relacionado às alternâncias no sentido de público decorrente de eventos de violência, visto que as privações de uso dos espaços tidos como públicos estariam condicionadas não apenas à redução ou à inibição das práticas sociais da população em seus usos, mas também à própria imagem que passa a ser reproduzida na sensação de insegurança pública.

Nesse contexto, espaços como a Praça da Bandeira, concebidos como públicos, abertos e de uso coletivo, tornam-se espaços privados ao uso em determinados horários por causa da sensação de medo e insegurança esboçada principalmente pelos discursos do medo. No âmbito do impacto da difusão da violência no espaço urbano, o sentido de público estaria, portanto, condicionado ao discurso dos sujeitos sociais segundo o qual, quanto maior fosse a noção de insegurança, maior seria a associação dos espaços como de uso privado ou restrito.

Referências

- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590 p.
- FISCHER, Nilton B. e MOLL, Jaqueline (orgs.). *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 2000, 168 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Banco de dados*, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 18 dez. 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000, 144 p.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 181 p.
- . *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001, 145 p.

- OLIVEIRA, Roberto Veras (org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEP, 2009, 213 p.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 308 p.
- SANTOS, Sâmara Iris de Lima. *Mapeamento da violência urbana em Campina Grande/PB*. UFCG, 2011 (relatório).
- . *A influência da violência urbana nas redefinições dos usos dos espaços públicos de Campina Grande*. UFCG, 2012 (relatório).
- SEABRA, Odette C. L. “Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana”. In SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001, pp. 75-95.
- SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. “Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2003, v. 23, n. 46, pp. 61-92.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 556 p.
- . *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 109 p.
- TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, 174 p.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/FAPESP, 2001, 373 p.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2011.